

## **Intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD/Açores no encerramento do debate do Plano e Orçamento para 2024**

Horta, Sala das Sessões, 23 de maio de 2024

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros do Governo

Estes três dias de debate das propostas de Plano e Orçamento para 2024, bem como das Orientações de Médio Prazo, deixaram algumas certezas: estamos perante documentos que concretizam a palavra dada, cumprem o Programa do Governo aprovado e prosseguem a mudança de que os Açores necessitam e que os eleitores sufragaram nas eleições de 4 de fevereiro.

A isto chama-se respeitar o contrato eleitoral celebrado com o povo açoriano.

Quando assim é, os representantes do povo dão boa consequência à sua função, respeitando a vontade dos eleitores.

Mas há aqui, neste Parlamento, quem entenda diferente.

Há nesta Assembleia quem ache que esta governação é circunstancial, quem ache que os resultados das eleições são circunstanciais.

Ou seja, há neste Parlamento quem pense, por despeito e arrogância, que a Democracia é circunstancial, que o povo se enganou e que decidiu mal nas eleições regionais.

É nosso dever clarificar que há alguma oposição, - mesmo de cravo na lapela ou em citações exaltadas de vultos da luta pela liberdade -, que esconde, porém, uma profunda e recalcada falta de respeito pela democracia.

E é muito importante que os açorianos conheçam que quem assim pensa e afirma é, nem mais nem menos, que o maior partido da oposição, o Partido Socialista.

Na sua desorientação política, o PS diz que há resultados eleitorais circunstanciais e, dessa forma, revela que desrespeita a Democracia, desrespeita o voto popular, desrespeita o povo dos Açores.

À medida que vamos conhecendo como o Partido Socialista lida com as eleições que lhes são desfavoráveis, vamos percebendo melhor as reais intenções daqueles que, tendo perdido o poder, querem impedir de governar quem os açorianos escolheram.

E isso é já evidente e notório quando a única coisa que o PS tem feito é uma permanente oposição de terra queimada a políticas e medidas objetivamente boas para os Açores e para os açorianos.

Foi assim em novembro último, aquando do voto contra este Plano e Orçamento.

Mas já havia sido assim com o voto contra os sucessivos Orçamentos da legislatura anterior, mesmo sendo estes documentos altamente condicionados, tal como este, por uma herança de problemas em tudo quanto era área governativa do tempo em que eram os próprios socialistas que governavam.

No passado dia 7 de maio, apenas três dias após o incêndio ocorrido no Hospital Divino Espírito Santo, o Partido Socialista disse publicamente, alto e bom som, que iria novamente votar contra a proposta de Orçamento para 2024.

Indiferente ao sucedido no maior hospital da nossa Região, o PS manteve a sua habitual postura de permanente opção pela política do bota-abaixo.

Menos de 24 horas depois, na manhã de 8 de maio, o Partido Socialista usou a tragédia ocorrida no Hospital Divino Espírito Santo para dar o dito por não dito e afirmar que o seu sentido de voto estava, afinal, em aberto.

Por puro e calculado interesse partidário, os socialistas aproveitaram-se de uma calamidade para dizer, agora, que já se dispõem a não votar contra o Orçamento e até a acompanhar as propostas de alteração apresentadas por PSD, CDS-PP, PPM e CHEGA.

Isto é que é aproveitamento político!

Por puro e calculado interesse partidário, o PS tudo fez para aproveitar-se da tragédia ocorrida no Hospital Divino Espírito Santo.

Enquanto outras forças políticas trabalhavam em propostas para acudir à situação de emergência que afeta o Serviço Regional de Saúde, o Partido Socialista desatou a fazer reuniões com as administrações de todos os hospitais.

E para que serviram essas reuniões? Não foi para apresentar propostas, certamente.

O PS só o fez para publicar notas de imprensa, aparecer na comunicação social e tentar lançar o pânico nas populações.

Isto é que é aproveitamento político!

Este sentido de voto do PS é enganador, pois só visa iludir os açorianos.

Este sentido de voto do PS não é um voto verdadeiro. É um voto interesseiro!

Mas desenganem-se aqueles que possam pensar diferente, os socialistas continuam contra tudo e contra todas as políticas desta maioria plural que está a mudar os Açores para melhor.

No fundo, também aqui o PS consegue encontrar um aproveitamento político que os liberte do ónus de não estarem ao lado dos açorianos perante uma emergência como a que atualmente os Açores enfrentam.

Mas, não obstante, tendo de repetir aquilo que de facto estamos a fazer com uma maioria não socialista, é incontornável que estes documentos devem dar também resposta à emergência surgida com incêndio no Hospital Divino Espírito Santo.

É por isso que apresentamos propostas de alteração aos documentos orçamentais que respondem, com medidas concretas, à atual situação no Hospital Divino Espírito Santo e que afeta todo o Serviço Regional de Saúde.

Para além de medidas que acudam à atual situação de calamidade, o Orçamento para 2024 tem em conta as respostas que os açorianos exigiram nas eleições de 4 de fevereiro e vai ao encontro da concretização do que todos queremos para a nossa Região: uma Região em que a boa administração dos Açores pelos açorianos nos devolva os resultados que queremos alcançar para que o nosso futuro coletivo seja de prosperidade.

Com a aprovação deste Orçamento, os Açores continuarão a ter os impostos mais baixos do país.

Com a aprovação deste Orçamento, os açorianos continuarão a viajar entre ilhas por um preço máximo de 60 euros, com a 'Tarifa Açores'.

Com a aprovação deste Orçamento, os nossos agricultores continuarão a receber apoios sem cortes, graças ao fim dos rateios que o Governo da Coligação determinou.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros do Governo

Estes documentos, que desejamos finalmente ver aprovados, asseguram novos aumentos em importantes apoios sociais como o Complemento Regional de Pensão ("cheque-pequenino") e os complementos ao abono de família, aos doentes oncológicos e à compra de medicamentos (COMPAMID).

Este é um Orçamento de justiça social, amigo das famílias e determinante no combate à pobreza.

O alargamento do Programa "Novos Idosos", que é já identidade de uma nova relação de proximidade, apoio e acompanhamento da população idosa, consagra uma política

social não-socialista, não-caritativa, não-assistencialista, mas sim promotora do elevador social e de um terceiro setor que é parceiro no nosso desenvolvimento coletivo.

Com o investimento na regularização de carreiras de professores, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, farmacêuticos, médicos e trabalhadores da administração pública, para níveis que são seu direito, com maior aposta nas creches gratuitas, melhores bolsas universitárias, reforço no apoio social escolar, empenhada cooperação com as instituições sociais, apoio ao emprego estável, à formação e qualificação.

Este Governo da Coligação consagrou um investimento sem precedentes naquele que é o melhor ativo dos Açores: o nosso capital humano, as açorianas e os açorianos.

O Orçamento prevê também a valorização dos recursos humanos da administração pública regional, bem como a integração de profissionais no Serviço Regional de Saúde, mediante a regularização dos chamados 'contratos COVID', que irá abranger 515 profissionais.

Com este Orçamento, a remuneração complementar será aumentada em 5%, passando o teto máximo remuneratório para cerca de 1.700 euros, abrangendo assim mais 1.503 trabalhadores.

Obrigaram este Governo e os Açores a seis meses de impasse, mas não desistimos.

Este é o Orçamento que reduzirá em 40% o tempo necessário para que os funcionários públicos subam na carreira, beneficiando 2.800 trabalhadores e com um impacto de 4 milhões de euros.

Além disso, o Orçamento para 2024 possibilita a entrada em vigor do fim das quotas na avaliação de desempenho da administração pública.

Para as pequenas e médias empresas, a aprovação do Orçamento garante a redução da taxa de IRC para 8,75%, a mais baixa do país.

Este é também um Orçamento amigo das autarquias dos Açores, valorizando a proximidade das políticas públicas e estabelecendo relações de parceria e apoio ao poder local, num verdadeiro novo paradigma de relação institucional com as autarquias que trata todas por igual.

Estes documentos recebem, mais ainda do que em novembro último, uma aprovação generalizada dos açorianos, sejam sindicatos, patrões, instituições particulares de solidariedade social, conselhos de ilha e parceiros sociais como um todo.

Todos concordam que estes documentos até já deviam estar em vigor.

Temos também de salientar que, apesar de todas as dificuldades resultantes do chumbo do Orçamento em novembro passado, sem razão aparente ou suficiente, mas apenas para dar expressão à estratégia socialista do quanto pior melhor, os documentos que o

governo agora submete a esta Assembleia incluem novas medidas a favor das pessoas que foram sufragadas pelos açorianos nas eleições de 4 de fevereiro.

Com a aprovação deste Orçamento, é criado o pacote "Mais Jovem", que responde aos anseios daqueles que são o futuro dos Açores.

Com o pacote "Mais Jovem", o Governo Regional vai garantir o pagamento de duas passagens aéreas por ano aos jovens açorianos que estejam a estudar fora da ilha de residência - seja noutra ilha dos Açores, na Madeira ou no Continente.

Este Governo vai igualmente conceber um sistema em que os estudantes matriculados no ensino superior fora dos Açores apenas pagarão, no máximo, por uma viagem de ida e volta, 99 euros para o Continente e 89 euros para a Madeira, sem necessidade de solicitar reembolsos posteriores.

Estas são medidas muito vantajosas para as famílias açorianas que têm filhos a estudar fora da Região, porque aliviam os encargos dos orçamentos familiares.

Mas as medidas para os jovens não ficam por aqui.

É objetivo do Governo da Coligação proceder à devolução do pagamento das propinas e do IRS a todos os jovens que se comprometam a desenvolver atividade profissional nos Açores durante cinco anos, até aos 30 anos de idade.

Este Governo irá também criar uma bolsa profissional que facilite o recrutamento destes jovens, por parte das entidades empregadoras, assim como permite uma oportunidade de lhes garantir empregabilidade.

Estas são boas medidas para a juventude, pois visam assegurar o regresso e fixação nos Açores, potenciando a recuperação dos nossos talentos que vão para o exterior para fazer a sua formação.

As medidas do Governo da Coligação preparam o futuro dos jovens açorianos, em contraste com a falta de propostas do PS, que continua preso a um passado em que se adiaram gerações.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros do Governo

O tempo e o momento que vivemos no país, na Europa e no mundo são, em si, já um desafio à nossa resiliência.

Os últimos anos foram de grande exigência para um povo que estava cansado de um governo socialista que era parte do problema e não parte da solução.

Aliás, o PS faz questão de, mesmo na oposição, continuar numa obstinada cruzada na defesa de políticas do passado e cujos fracassos as governações socialistas acabaram por confirmar.

Após o final antecipado da legislatura anterior, com eleições regionais e uma nova Assembleia Legislativa eleita, depois de aprovado o Programa do Governo e com urgência renovada, estamos a discutir e votar o Plano e Orçamento para 2024 e as Orientações a Médio Prazo para a legislatura.

Neste que é um dos momentos mais importantes da vida parlamentar, porque tem um impacto decisivo na nossa caminhada autonómica, houve quem soubesse olhar em seu redor, ver quem o povo dos Açores quis eleger para o representar e dissesse presente – convictamente – para responder a tão importantes desafios e igualmente para este significativo momento na nossa vida parlamentar.

Neste grupo de forças políticas que colocam os Açores em primeiro lugar não se incluem, como este debate demonstrou, nem o PS nem o BE.

Esta maioria parlamentar é não socialista e quer implementar nos Açores a mudança desejada pela larga maioria dos açorianos.

Quem esteve sempre em oposição a esta mudança desejada pelos açorianos foram o PS e o BE.

Quem, perante a expressão mais genuína da democracia que é o voto popular, desejava na primeira oportunidade continuar a causar dificuldades na governação dos Açores foram, do mesmo modo, o PS e BE.

Socialistas e extrema-esquerda encontraram nos Açores uma identidade que vai muito além de uma qualquer geringonça.

Da parte do BE a questão é mais simples: são contra tudo, seja lá o que for.

Já o Partido Socialista tem um dilema incontornável: é contra no mesmo modo que o BE, mas acha que, tendo oportunidade de não cometer o mesmo erro duas vezes, isso o inibe de responsabilidade e prestação de contas.

Não será assim. O povo está atento e sabe como o PS atuou no passado recente.

Nós, pelo contrário, não queremos perder mais tempo. Queremos que os Açores continuem a melhorar os indicadores económicos, como sucede desde 2020, com a redução acentuada do desemprego.

Vamos dar continuidade a políticas que apostem na Educação e na Formação, na melhoria de rendimentos das famílias e no apoio à classe média.

Estamos convictos que estes documentos respondem aos desafios do presente, projetam o nosso futuro e asseguram a melhoria das condições de vida dos açorianos.

Disse.